

Dinâmicas da intervenção política estudantil no declínio do Estado Novo

Miguel Cardina

Os processos de rebelião juvenil ocorridos nos anos sessenta e setenta permanecem ainda hoje, na memória colectiva, como elementos indutores de um amplo e significativo conjunto de mudanças. Durante este período, os discursos e as práticas da juventude tenderam a autonomizar-se de forma progressiva, atingindo frequentemente o patamar da crítica radical aos modelos sócio-económicos, culturais e políticos vigentes. Nas Universidades, onde a contestação foi mais visível, os estudantes movimentaram-se com uma intensidade cada vez maior do início para o final da década, e que atingiu o seu auge simbólico em 1968, ano que se tornou “*uma metáfora*” (Pereda, 2003: 18) dos acontecimentos que a ele se reportam como antecedentes ou desdobramentos.

Apesar do cunho isolacionista do regime, a juventude portuguesa foi sendo vulnerável a este húmus emergente de transgressão e rebeldia. No terreno académico, desde meados da década de cinquenta que se vinham dando sinais evidentes de desencontro com o governo e com a ideologia oficial do regime, tendência que se consolidaria definitivamente durante a década de sessenta e a primeira metade de setenta. De forma aparentemente contraditória, o fundo repressivo do Estado Novo, ao mesmo tempo que punia e controlava os territórios estudantis, fornecia-lhes as razões de fundo da sua insubmissão: a ditadura e a guerra colonial. É certo que a recusa da guerra colonial apenas irrompe no protagonismo estudantil, de modo explícito, já nos albores da década de setenta. Mas é a sua presença “espectral” na vida de cada jovem, conjugada com o carácter conservador e ditatorial do regime, que levam à desafecção ideológica de parte considerável do corpo estudantil. Deste modo, os estudantes contribuíram significativamente para a quebra de legitimidade que o regime experimenta nos seus anos finais. Se não foram eles que o derrubaram, tiveram um papel essencial na fragilização dos seus alicerces, colaborando no alargamento de modos de pensar, sentir e agir de timbre “oposicionista” que, transportados pelos oficiais milicianos para o interior das Forças Armadas, insuflariam nelas a semente do movimento de 25 de Abril de 1974.

É possível caracterizar a intervenção estudantil durante o Estado Novo tendo como eixo duas ideias centrais. A primeira, a noção de que a juventude universitária portuguesa é atravessada, desde os anos cinquenta, por um fluxo crescente de comprometimento político que, no decorrer dos anos, vai absorvendo fatias significativas dos meios estudantis. A segunda, a ideia de que este trajecto, ainda que contínuo, assentou em algumas mudanças qualitativas ao nível da reivindicação política, mudanças essas que transpareceram com visibilidade no terreno das culturas e das sociabilidades académicas. Em traços necessariamente breves, procura-se a seguir clarificar esta linha interpretativa, tendo como referência o espaço coimbrão.

A partir da segunda metade da década de cinquenta, começa a desenhar-se um percurso de progressiva desafecção ideológica dos estudantes relativamente ao regime. Desde 1956, ano em que se inicia a luta contra o “decreto 40.900” – projecto-lei que intentava cercear a “autonomia” das associações de estudantes – o terreno académico torna-se, cada vez mais, um foco de oposição ao regime, num processo que o entusiasmo gerado em torno da candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, tenderia a consolidar. Em Coimbra, e acompanhando esta dinâmica crescente de politização, assiste-se ao nascimento de grupos que, de uma maneira ou de outra, se mostravam já distantes do diapasão com o qual o Estado Novo urdia a sua política cultural, como é o caso do CELUC, do Coro Misto, do CITAC e do CAP. Por estes anos, e ao mesmo tempo em que se dá a aprovação do *Código da Praxe*, uma série de artigos e cartas em jornais nacionais abre um debate em torno da “praxe académica”, que mais tarde se transformaria num debate sobre “tradição” e “política”. Curiosamente, é por esta mesma altura que José Afonso, Adriano Correia de Oliveira e outros, começam um percurso de transfiguração do fado de Coimbra, num esforço que daria origem mais tarde ao nascimento da “canção de protesto”. Em 1960, e no seguimento desta renovação sócio-cultural, a DG/AAC é conquistada por uma lista de esquerda apresentada pelo Conselho de Repúblicas. A partir desse momento, introduzem-se uma série de alterações qualitativas no discurso associativo, ao mesmo tempo que se abre caminho ao afloramento de temáticas de cariz social, cujo exemplo mais notório é o conflito político-moral sobre o papel da mulher na sociedade, impulsionado pela publicação, na *Via Latina*, da “Carta a uma Jovem Portuguesa”.

Em termos genéricos, e não obstante as várias vicissitudes que marcam o meio estudantil coimbrão por estes anos – as chamadas crises de 62 e 65 e a nomeação governamental de Comissões Administrativas que geriram a AAC de 1965 a 1968 – a década de sessenta corresponde à afirmação dos princípios do “sindicalismo estudantil”. As associações de estudantes passaram a ser vistas como estruturas dotadas de legitimidade formal de representação, cujo âmbito de acção girava em torno da defesa da autonomia e da liberdade associativa, ou seja, em torno da defesa da sua própria identidade.

No final dos anos sessenta um conjunto variado de causas acelera a politização do meio estudantil. Em primeiro lugar, a recepção, ainda que intermitente e filtrada, das rebeliões estudantis que se iam desenrolando um pouco por todos o mundo. Em segundo lugar, a crescente impopularidade das guerras coloniais que, cada vez mais, iam significando, para a juventude, um escolho inamovível destinado a hipotecar-lhe o futuro. Por fim, o encontro, na sequência da participação nas acções de auxílio às vítimas das graves inundações ocorridas no sul do país a 25 e 26 de Novembro de 1967, com uma população pauperizada e abandonada por um regime que lhes aparecia agora, segundo palavras de Rita Veiga, antiga estudante envolvida nestas acções, como insuportavelmente “hipócrita” (Melo, 1997). Quando se chega a 1969, uma parte considerável da juventude universitária encontra-se já afastada das coordenadas ideológicas do regime, ao mesmo tempo em que se aproxima dos mais variados matizes do marxismo.

Nesta medida, a “crise de 69” representa uma transição na tipologia dos movimentos estudantis: se, até aí, quase todas as bandeiras agitadas giram em torno da defesa das “liberdades associativas”, em 1969, critica-se abertamente o conservadorismo e o autoritarismo do regime. Todavia, o carácter “avançado” de algumas das propostas do movimento de 69 convive com a utilização do *ethos* coimbrão como sustento das práticas reivindicativas. Paralelamente à aposta em formas novas e sintonizadas com o “espírito do tempo” – como a distribuição de flores e balões à população ou as diferentes e criativas sabotagens à acção da GNR – a “capa e batina” é ainda utilizada como símbolo da “unidade estudantil” e alguns rituais próprios do universo praxístico, como a *Queima das Fitas* e o *Luto Académico*, são convocados para o reforço político e simbólico da luta. Este modo de acção é, aliás, uma das razões que explicam a forte adesão dos estudantes, que participam aos milhares nas Assembleias Magnas então realizadas e promovem, em Junho e Julho, um “boicote aos exames” que conta com a participação de perto de 90% do corpo estudantil.

Entre a ressaca da “crise de 69” e a eclosão do 25 de Abril, ocorrem uma série de mudanças qualitativas na intervenção política estudantil. Socorro-me da tipologia avançada por Rui Bebiano (2003a), para quem as movimentações estudantis se configuraram historicamente de acordo com três tendências: a primeira refere-se à crítica a determinadas orientações ou atitudes das autoridades académicas; a segunda concerne ao envolvimento em acções visando suscitar alterações na política governamental para o sector educativo; a terceira corresponde a iniciativas mais amplas, visando intervir na sociedade ou na própria definição do regime.

No troço temporal que vai de 1969/70 a 1974 esta terceira tendência assume clara hegemonia. É disso exemplo: 1. o tipo de posicionamento perante a “reforma Veiga Simão”, colocando-se o acento tónico na crítica ideológica a uma reforma que se pretendia “politicamente neutra”; 2. a emergência efectiva na agenda estudantil da contestação à guerra colonial; 3. a intensificação de práticas mais alargadas de participação estudantil; 4. a consolidação da auto-imagem estudantil de acordo com uma noção de comprometimento social, provocando e alimentando alterações ao nível das culturas e das sociabilidades académicas.

Esta mutação deriva, em muito, da emergência de uma constelação variada de grupos de extrema-esquerda que introduzem novas bandeiras de luta, novos modos de entender a intervenção estudantil, novos estilos de confrontação com o poder. Este factor, conjugado com a forte repressão que então se abate sobre as estruturas associativas, leva a mudanças na forma de actuação do protagonismo estudantil. O movimento associativo, enquanto organização dos estudantes baseado em estruturas mais ou menos fixas, as associações, é substituído por modos de contestação mais fragmentados, voluntaristas e radicalizados. Sem os espartilhos da representação, os *meetings*, os debates e os grupos de estudo passam a fazer parte da metodologia da intervenção estudantil. Esta tendência viria a acentuar-se com o encerramento da AAC, na sequência de incidentes ocorridos em Janeiro e Fevereiro de 1971.

Não se pode compreender convenientemente a politização estudantil se não se verificarem os reflexos e os contributos desse processo no terreno das culturas e das sociabilidades académicas. Efectivamente, no período em apreço, e após a repressão de 69, a conflitualidade política espelhou-se também no terreno cultural. Factos como os

incidentes em torno de uma peça de teatro da OTUC, em Maio de 1970, o boicote ao *Festival de Coros do Orfeon*, em Abril de 1973 e a contestação à tentativa de reabilitação da *Queima das Fitas* em Maio de 1972, mostram isso mesmo. Particularmente este último caso, demonstra bem uma outra orientação que se explicita com clareza durante este período: a crítica e posterior abandono da “praxe académica”. Mais do que um “*etnocídio*” (Lopes, 1982: 320), o abandono da mundivisão tradicional por parte do meio estudantil coimbrão compreende-se enquanto aprofundamento de uma nova auto-imagem estudantil, fruto do advento de renovadas referências macro-explicativas, que vinham apelar a um forte empenhamento social. Com outras prioridades a moldarem-lhe os ideais e o quotidiano, o corpo estudantil deixara de se conseguir compatibilizar com modos de pensar e de agir vinculados a noções de privilégio e hierarquia.

De acordo com esta linha de leitura, é possível relativizar dois lugares-comuns que, com recorrência, aparecem na abordagem o protagonismo estudantil durante este período. O primeiro lugar-comum consiste na apreciação das “crises académicas” como o momento nuclear do activismo estudantil. Ao fazê-lo, cai-se num tipo de história episódica que se mostra incapaz, em última análise, de dar conta do profundo processo de dissidência política, social e cultural que por estes anos atravessa o território estudantil. O segundo lugar-comum diz respeito ao modo de entender a contestação nos anos finais do Estado Novo, nomeadamente entre os anos de 1970 a 1974. Mais do que tempos de desorientação, de refluxo, de radicalização inconsequente, os anos que lhe seguem são anos de emergência de um “novo período crítico”, marcado pela inovação ao nível dos conteúdos e da forma de actuação estudantil. O aparecimento de espaços alternativos de encontro, discussão e agitação, a consolidação de uma imagem de estudante modelada em função do seu “comprometimento social”, os reflexos no meio estudantil das alterações produzidas ao nível da moral, das sociabilidades, da política e da cultura, bem como o arrastamento das guerras coloniais em África, produzem expressões de activismo político e cultural explicitamente centrados no questionamento da forma do regime e na rejeição do colonialismo português e das suas consequências.

BIBLIOGRAFIA

- BEBIANO, Rui (2003a), “Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, pp.151-163.
- BEBIANO, Rui (2003b), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- CAIADO, Nuno (1990), *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED.
- CARDINA, Miguel (2005), “Tradição, Sociabilidades, Compromisso: mutações na auto-imagem estudantil durante o período final do Estado Novo”, *Vértice*, nº123, pp.5-19.
- CRUZEIRO, Celso (1989), *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.
- DUARTE, Marta Benamor (1997), *Foi Apenas um Começo: a crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o Estado Novo*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GARRIDO, Álvaro (1996), *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva.
- GRÁCIO, Rui (1995), *Obra Completa*. Volume III, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, António Rodrigues (1982), *A sociedade tradicional coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*. Coimbra.
- LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge e PENA, Paulo (2001), *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora.
- MELO, António (1997), “Cheias – a Censura não aguentou”, in *Pública*, nº79, 23-11-1997.
- PEREDA, Rosa (2003), *Contra Franco. 1968-1978*. Barcelona: Planeta.
- TORGAL, Luís Reis (1999), *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva.